



Disponível em

www.univali.br/revistaturismo

Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 11, nº 01.
p. 23 – 40, jan/abr. 2009

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL-PR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE LOCAL

Daniel Hauer Queiroz Telles ¹
dhqt_geog@yahoo.com.br

José Manoel Gonçalves Gandara ²
jmggandara@yahoo.com.br

Data de Submissão: 09/07/2007

Data de Aprovação: 19/11/2008

¹ Bacharel e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Cursa Doutorado – Planejamento Territorial do Turismo - pelo Programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia e Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento Urbano e Regional, Geografia e Meio Ambiente, Turismo e Urbanização da Zona Costeira, Patrimônio e Turismo. Rua Emilio Cornelsen, 570, Bl. 1, Apto. 201 - CEP.: 80.540-220, Curitiba –PR.

² Bacharel em Turismo pela UFPR, Especialista em Marketing pela SIOI de Roma e em Economia do Turismo pela UNIBOCCONI de MILAO, Mestre em Gestão do Turismo pela SSCTS de Milão, Doutor em Turismo e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Las Palmas de Gran Canaria. Professor e Pesquisador do Departamento de Turismo e do Mestrado e Doutorado em Geografia da UFPR.

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL-PR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE LOCALⁱ

RESUMO

O presente artigo analisa as questões sobre sociedade, meio ambiente e gestão num espaço onde o turismo tem se desenvolvido. Aborda a situação socioambiental específica da área estudada, situada na Ilha do Mel, Paraná, apontando as relações entre o processo de turistificação, gestão e o meio. O objetivo principal consiste na análise sobre as problemáticas existentes nesses campos temáticos– sociedade e ambiente-, tendo como fator motriz dos fatos a atividade turística. Apresenta discussão conceitual acerca das interfaces entre geografia e turismo, direcionando para questões do planejamento e da gestão territorial. Utiliza-se para levantamento e discussão dos dados, o método qualitativo, a partir de classificação dos principais grupos sociais envolvidos e entrevista com representatividades dos mesmos. É possível evidenciar inconformidades entre as perspectivas da sociedade e as práticas de gestão e planejamento.

Palavras chave: Desenvolvimento turístico, problemas socioambientais, vila de Encantadas.

TOURISM DEVELOPMENT AND SOCIO-ENVIRONMENTAL ISSUES IN VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL(PR): AN ANALYSIS BASED ON THE LOCAL SOCIETY PERCEPTION

ABSTRACT

This article analyzes issues relating to society, the environment and management, in a space where tourism has developed. It addresses the specific socio-environmental situation of the area studied, situated on Ilha do Mel, in the State of Paraná, pointing out the relations between the process of tourism development, management and the environment. The main objective is to analyze the problems that exist in these thematic fields – society and the environment, based on the facts of tourism activity. It presents a conceptual discussion on the interfaces between geography and tourism, focusing on issues of planning and territorial management. For the investigation and discussion of the data, it uses the qualitative methods, based on a classification of the main social groups involved and interviews with representatives of those groups. It is possible to demonstrate non-conformities between the perspectives of the society, and the management and planning practices.

Key words: Tourism development, socio-environmental problems, Vila de Encantadas.

DESARROLLO DEL TURISMO Y CUESTIONES SOCIOAMBIENTALES EN LA VILLA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL-PR: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LA PERSPECTIVA DE LA SOCIEDAD LOCAL

RESUMEN

El presente artículo analiza las cuestiones sobre sociedad, medio ambiente y gestión en un espacio donde se ha desarrollado el turismo. Aborda la situación socioambiental específica del área estudiada, situada en la Ilha do Mel, Paraná, señalando las relaciones entre el proceso de la turistificación, la gestión y el medio. El objetivo principal consiste en el análisis

de las problemáticas existentes en esos campos temáticos– sociedad y ambiente-, utilizando como factor motriz de los hechos la actividad turística. Presenta discusión conceptual acerca de las interfaces entre geografía y turismo, direccionando hacia cuestiones de planeamiento y gestión territorial. Para el análisis y discusión de los datos se utiliza el método cualitativo a partir de la clasificación de los principales grupos sociales involucrados y entrevista con representatividades de los mismos. Es posible observar desacuerdos entre las perspectivas de la sociedad y las prácticas de gestión y planeamiento.

Palabras clave: Desarrollo turístico, problemas socioambientales, villa de Encantadas.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante de estudos sobre planejamento turístico e território. Está norteado pela dissertação de mestrado realizada por Telles (TELLES, 2007) no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Discute sobre o desenvolvimento do turismo numa comunidade da Ilha do Mel, litoral paranaense. Analisa as questões sociais e ambientais do local e atribui aos aspectos de gestão as principais resultantes observadas. O estudo se baseou, sobretudo, na opinião que representantes da sociedade local possuem sobre os temas propostos, mas também em análise documental, pesquisa bibliográfica e levantamento de dados empíricos.

O surgimento e ampliação de problemáticas socioambientais associadas ao processo de desenvolvimento turístico desprovidos de planos de ação efetivos na área de estudo foi considerado a hipótese central na realização do trabalho. Para sustentação teórica, foram utilizados conceitos da geografia e do turismo, enfatizando questões sobre sociedade, território, gestão e meio ambiente. Uma abordagem transdisciplinar.

O objetivo principal do trabalho é efetuar uma análise sobre a situação das condições sociais e ambientais na área de estudo e trazer à tona as respectivas problemáticas relacionadas. Como objetivos complementares estão: a caracterização de aspectos físicos e análise sobre as relações sócio-espaciais e de gestão referentes à área de ocupação, salientando o papel do turismo no processo.

A partir da dissertação foram selecionadas algumas partes para o presente artigo. Enfatizaram-se questões que atribuíssem à gestão territorial os problemas relacionados à sociedade e ao meio ambiente no local. Para tanto se caracterizaram as esferas de gestão atuantes na Ilha do Mel, e também na vila de Encantadas. Desde a esfera federal até as associações locais, procurando explicar a importância de cada uma das formas de ação, suas atribuições no contexto do objeto de estudo.

Informações sobre a área de estudo estão colocadas de modo a caracterizar a mesma desde suas questões ambientais e territoriais: áreas protegidas, perímetro de ocupação, algumas práticas sociais no âmbito da cultura, da gestão e da economia. Para esta descrição, foram utilizadas informações existentes, obtidas em documentos oficiais, estudos e pesquisas; mas também informações complementares geradas durante a pesquisa. Houve, portanto, geração de dados primários além das fontes secundárias. O estudo apresenta informações não antes estudadas para essa área de estudo. No âmbito teórico procura contribuir ao entendimento do desenvolvimento turístico em comunidades na zona costeira, especialmente em questões sociais e de gestão atreladas a este processo.

Os aspectos metodológicos trazem de maneira resumida os procedimentos de análise utilizados no desenvolvimento da dissertação de mestrado. E também descrevem, de maneira sucinta, as etapas para elaboração do artigo. Tem como base o método, tendo

sido feita classificação e entrevista a partir dos grupos sociais em suas representatividades; interpretação e análise dos discursos individuais e coletivos; geração de matriz a partir dos dados obtidos. Posteriormente são analisadas as informações à luz das bases teóricas previamente utilizadas e discutidos os resultados.

Fica, portanto, salientado que algumas informações sobre a caracterização da área de estudo, para este trabalho, tiveram informações obtidas no desenvolvimento da pesquisa. Fato pelo qual a descrição de metodologia antecede o item de caracterização da área de estudo.

Em conclusões e considerações finais estão colocados aspectos evidenciados pela pesquisa. A pesquisa traz também algumas prospecções apontando recomendações sobre o objeto de estudo, como forma de relevância social do mesmo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento dessa revisão de literatura caracteriza-se pela predominância de enfoques humanísticos. A abordagem teórica parte da discussão sobre a teorização do espaço e da sociedade enquanto elementos de análise dentro da geografia do turismo. Enfatiza as pressões sócio-espaciais em virtude da exploração turística, dentro de um quadro holístico e transdisciplinar elaborado. Alguns aspectos conceituais com variáveis dentro do conceito de território partiram da geografia. Sobre as relações existentes entre as disciplinas, Moraes (1986, p. 31) afirma que “com a geografia convivem disciplinas que margeiam temas geográficos, observa-se uma complexização teórica”. O olhar geográfico torna-se específico no sentido de “interpretar os diversos fenômenos que ocorrem à superfície da Terra, sob enfoque multidisciplinar, contudo sem se superpor a outros especialistas” (GOMES, 1997, p. 17).

O turismo, nas palavras de Becker “é uma marca do século XX, que oferece condições de realização para o desejo de conhecer novos ambientes (...) pode também abarcar a questão da conquista dos territórios, uma raiz da geografia. (...) Neste sentido, até se confundindo à geografia”. Ainda nas palavras da autora, o turismo passa a ser “gradativamente, uma nova fronteira de acumulação” (BECKER, 2001, p. 2). Assim sendo, os aspectos relacionados ao turismo consideram-no compreendendo a existência de relações de interesse, transformações do espaço e da sociedade e tomada de decisões.

O turismo se desenvolve no Brasil como uma atividade possível também para camadas menos abastadas da sociedade. “Acompanhando o desenvolvimento das formas de produção material expandem-se enormemente as formas de produção não-material e conseqüentemente do consumo não-material como o lazer e o turismo, produtos da sociedade de consumo de massas” (RODRIGUES, 1999, p. 127). No turismo de praia, ocorre o fenômeno conhecido como turismo de massas, sendo a zona costeira o principal destino dos habitantes das cidades do planalto e interior. “Esta atração maior pelas áreas costeiras, que é universal, a cada ano alcança porcentagens mais elevadas” (RODRIGUES, 1999, p. 132). Aliado à questão da sazonalidade, o turismo passa a representar uma conjuntura de transformações sociais e espaciais nunca antes evidenciadas no litoral brasileiro, em virtude do aumento quantitativo de fluxos de pessoas e objetos, proporcionando uma dinamização econômica bastante significativa.

2.1 Espaço geográfico e planejamento turístico

A abordagem sobre as questões espaciais confere à atividade do turismo as causas motrizes dos efeitos que determinados espaços ou territórios têm manifestado. Para um melhor aprofundamento sobre esse arcabouço teórico, buscaram-se algumas conceituações dentro da geografia partindo do conceito de espaço. A partir da consideração sobre o conceito e na tentativa de compreender a sua natureza, o espaço é “formado de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 1997, p. 85).

Sendo então, o espaço, onde ocorrem relações naturais e sociais resultando em paisagens, entendidas por SANTOS (1997, p. 83) “como conjunto de formas, que num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”, passa a ser palco de transformações sociais, em constante evolução. A adaptação do homem ao meio e este constante e cumulativo relacionamento com a natureza, fez com que o homem criasse um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiu utilizar os recursos naturais disponíveis. Este processo passou a ser construído historicamente pelas sociedades (MORAES, 1986).

A perspectiva espacial enquanto instância da sociedade considera, de acordo com Milton Santos, que, este “contém e é contido pelas demais instâncias” como a “economia, o político-institucional e o cultural-ideológico”. Desta maneira “a essência do espaço é social” (SANTOS, 1992, p. 2). Organizadas espacialmente dentro do fenômeno da sociedade, e devidamente expressados através das relações com o meio e com a própria humanidade, constitui-se a “materialidade social” como sendo objeto desta evolução. Esta dimensão histórica da totalidade espacial criada e recriada pelas sociedades é a própria ‘sociedade espacializada’ ou a organização espacial (CORRÊA, 1998, p. 53).

Considerando as relações entre as instâncias supra mencionadas e reconhecendo a organização espacial como resultante das transformações que esta sofre em virtude das interferências humanas, fica, o território, determinado cada vez mais pelas condutas de exploração econômica e interesses políticos. O território se forma a partir do espaço, em qualquer nível, revela relações marcadas por um campo de poder (RAFFESTIN, 1993).

Reconhecidas as transformações territoriais, onde a vontade econômica de grupos empresariais cada vez mais participa na regulação das normas antes exercidas exclusivamente pelo Estado, a dinâmica do território pode ser entendida como subordinada às tendências do mercado. O Estado cumpre o papel de intervenção a partir do que Marcelo Lopes de Souza denomina “margem de manobra” fazendo cumprir as leis, autorizações, destinando recursos. Cabe ao Estado, disciplinar esta ação, fiscalizando o cumprimento das normas estabelecidas (SOUZA, 2003, p. 33).

Os problemas de ordenamento do território ligados a aspectos de gestão e autonomia passaram a justificar a necessidade de se atentar mais especificamente ao planejamento. Os processos de gestão e planejamento não podem restringir-se a inventários descritivos, e sim considerar todos os elementos que condicionem ou venham a ter influência a partir do processo de transformação e articulação do território. Muito embora o planejamento, de acordo com Milton Santos, tem sido instrumento de agravamento de disparidades sociais (SANTOS, 2003) entende-se que seja a maneira de encontrar os modos de nivelamento sobre como o qual o homem deva relacionar-se entre si e para com o meio.

O espaço turístico congrega interferências de ação e decisão dentre grupos de agentes sociais, sendo palco de tomadas de decisão. Seu uso é configurado por formas

para que gere benefícios estipulados pelos articuladores de maior poder através de normas. Hoje, reafirmando, o poder de decisão passa por discussões do poder público, contudo dentro das aspirações do poder corporativo empresarial.

Ambos os agentes mencionados atuam na transformação do espaço, através da materialização de projetos, intermediada pela negociação política. Sendo assim, estes modos de produção e reprodução do espaço obedecem à dominação de algumas classes. Considerando as normas estruturadoras da realidade, o território torna-se resultado da “harmonia forçosa entre lugares e agentes nele instalados” (SANTOS, 1997, p. 184).

Remy Knafou caracteriza três formas de relação entre turismo e espaço. A primeira diz respeito dos territórios sem turismo, que constituem locais e/ou regiões onde não ocorre o turismo. De acordo com o autor, “há cada vez menos territórios sem turismo” devido a fatores como o progresso dos transportes e acessibilidade às áreas remotas. A segunda forma é relativa ao turismo sem território. Constitui-se em sítios ou lugares criados e/ou equipados, sem existir vínculos culturais com a região acolhedora, denominam-se “espaços receptáculos”, conforme o autor. A terceira forma refere-se aos “territórios turísticos”, locais onde ocorre a relação entre turistas e sociedade acolhedora. Devido a isto o autor caracteriza estes, constituídos por “problemas delicados de planejamento” (KNAFOU, 1999, p. 72-73).

Vem sendo constatada como fato comum em comunidades tradicionais de locais propensos ao turismo, particularmente em ilhas litorâneas, a inserção da atividade turística de maneira repentina. A procura por espaços com atrativos naturais passa a ser uma constante no âmbito da atividade, visto da crescente visitação dos destinos considerados mais comuns. Estes locais contam com recursos naturais e culturais frágeis, justificando por que o turismo se instala e atende de tal forma. Tal evidência ocorre com a inserção do turismo como nova atividade econômica para as comunidades. Contudo, o aspecto do impacto social do turismo em comunidades naturais receptoras ilustra este processo, muitas vezes acarretando em problemáticas sociais. Estas ocorrem em rápida transição, proporcionando novos estágios, e sendo práticas de exploração e não de aproveitamento (DIEGUES, 1998; CORIOLANO, 2003).

Eduardo Yázigí denomina como “degradação galopante” a despreocupação que ocorre na organização da sociedade brasileira no nível do turismo. Este se apodera mais facilmente onde ocorrem os arranjos entre patrimônio e “uma boa dose de arte”, sendo a personalidade do lugar aquela “composta do arranjo de múltiplas identidades humanas e do mundo natural” (YÁZIGI, 2001, p. 44-45).

Diante da indagação sobre “como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local”, Marcelo Lopes de Souza chama a atenção para o que se deve entender por desenvolvimento. O autor cita o freqüente reducionismo do termo ao desenvolvimento econômico; e completa que este “deve designar um processo de superação de problemas sociais, cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima” (SOUZA, 1997, p. 17). É freqüente associar a idéia de progresso ao processo de desenvolvimento, sobretudo o urbano e industrial. O desenvolvimento deve opor-se à idéia de crescimento econômico. Ao turismo, o que se processa como desenvolvimento, são impactos deixados por esta atividade, podendo ser positivos, negativos, inesperados, espontâneos ou planejados. No que tange ao território, aqui se defende que sejam relacionadas questões entre desenvolvimento e planejamento.

Ora, o planejamento não pode eximir-se das peculiaridades identitárias do lugar. Deve conter o reconhecimento da dimensão dos pequenos aspectos do mesmo, a fim de não destruí-los (YÁZIGI, 2001). Políticas advindas de um planejamento capacitado “se faz necessário para administrar conflitos, fomentar atividades, regenerar áreas degradadas,

desenvolver usos alternativos”, sendo necessário uma “regulação adequada para o setor” (BECKER, 2001, p. 1).

2.2 Gestão do turismo, participação e políticas públicas

A gestão remete ao caráter imediatista, o presente; diferentemente do planejamento que remete ao futuro. São, pois, conceitos “distintos e complementares”. Quando não há a execução do planejamento, a maneira de se administrar se dá através da gestão. É como tornar-se escravo da circunstância. Planejar “é algo de que não se pode abdicar” (SOUZA 2003, p. 46).

A gestão participativa no processo turístico deve ser entendida como um instrumento fundamental envolvendo todos os atores sociais envolvidos. O processo baseia-se na idealização de um turismo responsável, onde o desenvolvimento territorial em face da atividade turística é considerado processo ideal a ocorrer na perspectiva de longo prazo. Assim sendo, o ideal é que ocorra a participação no planejamento (GANDARA, TORRES e LEFROU, 2003).

A participação da comunidade local na gestão participativa remete a aspectos referentes às reivindicações e os benefícios, representados pela vontade deste grupo social; importante consideração a ser relevada. Em locais onde a comunidade local não “participa e palpita com relação aos benefícios do turismo, não estão seguros nem os turistas, nem a área de entorno, nem a atividade turística” (POONⁱⁱ, citado por GANDARA, 2003, p. 113).

Desta maneira, a inserção dos habitantes locais nas atividades econômicas desempenhadas pelo turismo, deve ser tida como prioridade, bem como o incentivo à qualificação, controle de pequenas empresas de turismo, melhoria na infra-estrutura e serviços gerais para a comunidade, estímulo a aspectos culturais, que possibilitem ao turista a interação nestas atividades (dança, música ou teatro), preservando as tradições locais e estímulo à produção e consumo de produtos locais. Em caso contrário tornar-se-á difícil o desempenho do empresariado no local e o desenvolvimento turístico será resultado de um processo imperialista-colonialista não exercendo suas premissas ditas sustentáveis (OMT, 1999; GANDARA, 2003).

Entretanto, algumas questões fogem a toda esta idealização baseada na formalidade e articulação previsível de um território. A partir de então, deve-se dedicar especial atenção ao papel dos atores sociais locais e às relações existentes entre esferas de administração. Consiste em estar participando diretamente na decisão sobre o futuro de um território, assim devendo aceitar o compromisso desta transformação baseada no turismo (VERA et al., 1997).

Dentro da realidade brasileira, os programas ligados ao planejamento do turismo que estão relacionados às premissas instituídas anteriormente, são verificados em programas institucionais. De acordo com Becker (2001), a política para o turismo no Brasil é bastante recente, tendo seus antecedentes no governo de Juscelino Kubitschek quando a instalação e ampliação de infra-estrutura em partes do território nacional “viabilizou uma ampliação da circulação mercantil, desenvolvendo os mercados turísticos brasileiros”. Em 1966 criava-se a Embratur, como evolução desse processo e tinha no turismo uma “indústria nacional a ser fomentada”, mesmo vigorando o governo militar, e sendo uma atividade rigorosamente centralizada.

Após esse período, somente na instituição da política nacional de meio ambiente, em 1981, “tentaram-se criar laços entre o turismo e a questão ambiental”. Obedecendo a tendência institucional da necessidade por uma política para o setor, em 1992, implantou-se

o Plano Nacional de Turismo. Este pregava a redistribuição da concentração geográfica através do desenvolvimento de pólos dentre outras especificações. No entanto, o que se efetivou mesmo foi o PRODETUR-Nordeste (BECKER, 2001, p. 3-5).

Houve também outras medidas, tal como o Plano Nacional de Municipalização do turismo. O PNMT tem como propósito descentralizar a gestão da atividade turística e fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios. Objetiva implantar um novo modelo de gestão da atividade turística de forma conjunta com estados e municípios. Baseia-se em uma forma participativa e descentralizada para maior eficiência da administração da atividade (PAIVA, 2001).

Também de acordo com iniciativas da esfera federal, existem diversos planos incidentes no turismo. Especificamente, destacam-se os recentes documentos, diretrizes e manuais do turismo que vêm trazendo avanços no que diz respeito ao planejamento da atividade em sua complexidade para a realidade brasileira.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS DO TRABALHO

Para a realização do estudo das questões sobre a sociedade e meio ambientes da Vila de Encantadas foram consideradas as dificuldades em abordar o tema em seu grau de generalização. Mesmo com os fatores limitantes para tanto, pôde se realizar uma base de informações acerca das propostas iniciais. Isto se tornou possível devido à restrita e bem definida escala de análise e também ao conhecimento empírico sobre a localidade.

Os indicadores do estudo possuíram duas fontes: primárias e secundárias. As informações primárias foram obtidas através de coletas de informações em trabalhos de campo, pesquisa em acervos e bibliotecas de instituições do governo, de modo empírico, e através de aplicação de entrevistas aos sujeitos de interesse da pesquisa. A insuficiência e desatualização de dados e informações sobre a área de estudo demandaram geração de informações complementares para sua caracterização.

Na busca de informações para análise com a sociedade, foram estabelecidos tópicos no sentido de associar os problemas ambientais à questão social e do turismo. Essa busca ocorreu a partir de análises fundamentadas na opinião de alguns representantes sociais. Estas análises foram interpretadas de acordo com informações obtidas através de entrevistas.

A abordagem com a sociedade passou por duas etapas no trabalho. Primeiramente foi realizada abordagem experimental, com aplicação de questionários-teste, posteriormente foi estabelecido um roteiro para a entrevista. A abordagem qualitativa ficou, nesse momento, estabelecida como forma metodológica para o estudo. Às palavras de Boaventura de Souza Santos relata-se o fato:

Tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação (...) qualitativos em vez de quantitativos, com vista de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético (SANTOS, 2003, p. 22).

Os entrevistados foram determinados previamente a partir de suas respectivas

representatividades quanto aos grupos sociais considerados. Alguns a partir da composição do Conselho Gestor da Ilha do Mel, pelo fato deste conselho atribuir aos membros componentes, representatividades oficial e politicamente relevantes. Com relação aos operadores de turismo que trabalham com a Ilha do Mel, foram entrevistadas as responsáveis por empresa de turismo que atuam e possuem nítido conhecimento sobre o local. Também foram ouvidos atores governamentais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que possuíam vínculo com a gestão da Ilha do Mel, bem como representantes das questões de educação e saúde juntas aos postos de serviço- Escola Municipal Teodoro Valentim e Posto de Saúde de Encantadas, respectivamente.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Setembro de 2006 e Fevereiro de 2007. Foram feitas diretamente entre o pesquisador e o entrevistado. Algumas foram gravadas na íntegra, outras acompanhadas de anotações. Tiveram duração de quarenta minutos até duas horas. Foram realizadas com apoio de roteiro.

Visando identificar as características essenciais, os significados, as convergências e divergências dos conteúdos das entrevistas, utilizou-se a análise dos conteúdos do discurso individual e coletivo, que para Laville e Dionne “permite abordar atitudes, valores, representações, mentalidades e ideologias” (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 214-215). As informações obtidas foram interpretadas, resumidas e organizadas em um quadro relacionando os entrevistados e os temas abordados. Foi observado o discurso individual e coletivo das informações constantes na matriz gerada, para então ser realizada a discussão dos resultados.

3.1 Área de estudo: a Ilha do Mel

A Ilha do Mel está situada na desembocadura do complexo estuarino da Baía de Paranaguá, litoral paranaense. É um local constituído por riquezas naturais e culturais. Gerações de visitantes vêm conhecendo-a, freqüentando-a e acompanhando suas mudanças. De sua área, grande parte é protegida e preservada. É dividida em Setores de Ocupação Humana e duas Unidades de Conservação. Possui uma área de aproximadamente 2.762 hectares e perímetro de aproximadamente 35 quilômetros (PARANÁ, 1996).

A posição geográfica da Ilha do Mel proporciona a esta ilha influências biofísicas complexas. De modo que a caracterização ambiental natural consiste em um sistema peculiar, de influências climáticas, oceânicas e bioquímicas. Mas também sócio-culturais e territoriais.

A Ilha do Mel pertence ao município de Paranaguá. É tombada pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná (Lei nº. 1.211/53). Está vinculada aos poderes de gerenciamento do governo estadual desde 1982 quando da concessão de uso sob forma de aforamento (Portaria nº160 de 15 de Abril de 1982). Possui desde o Decreto nº. 4.964/85, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) com os poderes de autorização para outorgar concessões de uso e a fiel execução da gestão no local (PARANÁ, 1986; 1996).

O zoneamento da Ilha do Mel consiste basicamente em áreas de Unidade de Conservação (UC) e setores de ocupação humana. São duas áreas de Unidade de Conservação: a Estação Ecológica da Ilha do Mel (EEIM) e o Parque Estadual da Ilha do Mel (PEIM); e quatro Setores de Ocupação: Fortaleza, Nova Brasília, Farol, e Vila de Encantadas. Outros setores de ocupação humana existentes, Ponta Oeste e Praia Grande, não são reconhecidos oficialmente pelo Estado (IAP, 2005).

Dentre estas áreas de Unidade de Conservação e Setores de Ocupação, cada qual possui uma configuração característica sob o ponto de vista ambiental, que resulta do processo de antropização destes locais ao longo das últimas décadas e da dinâmica dos ecossistemas costeiros atuantes. O reconhecimento oficial destas áreas por parte do poder público ocorreu em épocas distintas, e o uso é configurado pelo processo de ocupação, que através da história foi sendo marcado por questões sociais, políticas e econômicas nos contextos de cada época. Observa-se que na ilha a principal determinante na recente configuração do uso do solo nos setores de ocupação é o fenômeno turístico, principalmente a partir da década de 80 do século passado.

Todas as áreas de ocupação humana dentro da Ilha do Mel estão em área de amortecimento das Unidades de Conservação. Estão, portanto, condicionadas aos termos existentes na Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000). A Estação Ecológica da Ilha do Mel (EEIM) é uma Unidade de Proteção Integral localizada na parte Norte da Ilha. Foi criada oficialmente pelo Decreto 5454 em 21 de Setembro de 1982. Possui área de 2.241 hectares. O Plano de Manejo desta Unidade de Conservação foi concluído em 1995, e está prevista sua reestruturação e revisão para ser concluída logo após a elaboração do plano de manejo do Parque Estadual.

O Parque Estadual da Ilha do Mel (PEIM) é a área de ocupação que abrange o entorno da Vila de Encantadas, ao Sul da Ilha, e estende-se para o Norte, até a área de ocupação de Nova Brasília. Abrange morros, planícies vegetadas, praias e aflorações rochosas. Esta UC foi criada pelo Decreto 506 de 22 de Março de 2002, e corresponde à antiga área de Reserva Natural. O Plano de Manejo desta UC estava prestes a entrar em licitação pública para sua realização, e devia ser concluído no ano de 2007. Os termos de referência para esta UC estão prontos, e estabelecem diretrizes sobre o direcionamento de seu conteúdoⁱⁱⁱ. Uma destas determinações estabelece a participação das comunidades de entorno na participação do mesmo, o que destaca a importância da mobilização social atual e o interesse em lutar por suas reivindicações.

3.2 A Vila de Encantadas

De acordo com documento Diagnóstico para Comissão de Elaboração do Plano de Instruções Básicas para a Ilha do Mel, Paraná (1999), a Vila de Encantadas possui “área de 199.285m², dos quais 87% estão ocupados” (PARANÁ, 1999, p. 3-9). É um dos quatro povoados oficialmente existentes na Ilha do Mel, de acordo com a classificação do Estado atual sobre as áreas de ocupação^{iv}.

Existem dentre os moradores na Vila de Encantadas, os nativos e os considerados “de fora” ou imigrantes, que são aqueles habitantes que estão no local há algum tempo, fazendo parte do contexto social, entretanto que não têm ligação familiar com os habitantes tradicionais. A inserção dos moradores provenientes de outras regiões na Vila de Encantadas marcou uma mudança na composição étnica, social e cultural da vila. O desnível educacional e de poder aquisitivo muitas vezes acarreta conflitos advindos, principalmente, da concorrência pelas atividades comerciais de exploração do turismo (KRAEMER, 1978; PARANÁ, 1996).

A Vila de Encantadas constitui-se em um local de atrativos significativos dentro do contexto do turismo. As suas qualidades paisagísticas, culturais e oferta de entretenimento e lazer vêm sendo exploradas como recursos para o desenvolvimento da atividade turística. O principal atrativo turístico do local é seu entorno (PEIM), devido à questão natural, mas também o são os elementos culturais e de lazer locais. O parque possui praias, morros, área

de mata atlântica conservadas, que oferecem opções de caminhadas, apreciação das paisagens naturais, pesca, vôos livres, surfe, mergulho, corridas de aventura, além de passeios de barco, e outras práticas de lazer e aventura.

Nesta comunidade, encontram-se pousadas, *campings*, bares e restaurantes. Configura-se assim num lugar de opções variadas para o turista, não estando associada a uma única questão que lhe caracterize um modo específico de segmento turístico. Abrange principalmente o turismo de massa durante os meses de verão, e turismo de baixo impacto ao longo do ano, além de ser freqüentada por moradores de segunda residência.

Esta nova configuração dos espaços de concentração dos chamados equipamentos turísticos (restaurantes e pousadas, principalmente) acarreta custos ambientais e sociais, e tende cada vez mais ao atendimento das necessidades do turista urbano. Impactos oriundos desta atividade acarretaram “transformações nos modos de vida da população local (abandono de atividades tradicionais, mudança de comportamento dos jovens, consumo de drogas e alcoolismo), cujas causas principais são a falta de ocupação, a influência dos turistas e as restrições no uso do solo da área” (SILVEIRA 1998, p. 138-151).

De acordo com Paraná (1996), citado por Esteves, a Vila de Encantadas é o setor de ocupação da Ilha do Mel que apresenta o maior número de problemas em relação à ocupação. Problemas que determinaram uma baixa qualidade ambiental por questões de suporte físico e estrutura de serviços de infra-estrutura básica (ESTEVES, 2004, p. 84).

A ocupação da área ocorreu sem acompanhamento de ordenamento territorial. Isto caracterizou a configuração do parcelamento do solo dotado de irregularidades. A multiplicação dos lotes, subdivididos em inconformidade com o previsto pelo plano de uso de 1982, acarretou alta concentração de propriedades, proporcionando um adensamento da ocupação e alteração da paisagem, característicos ao processo de urbanização (TELLES, 2004).

A falta de fiscalização, acompanhamento e orientação acarretaram no que se tornaria um quadro de parcelamento do solo adensado em proporções acima do previsto no então Plano de 1982. Este plano previa algumas restrições no que considera a área dos lotes, a área permitida para construção e altura destas construções. Entretanto, o cumprimento de suas determinações foi ausente no processo de parcelamento e uso do solo durante muitos anos, sobretudo na transição das décadas de 1980 e 1990.

Ocorrendo tais práticas pelo decorrer de quase duas décadas, a vila sofreu impactos paisagísticos, ambientais e culturais bastante significativos. Esta manifestação consistiu no aproveitamento do espaço para a exploração do turismo. Este aproveitamento, no entanto, procedeu de maneira descontrolada, ou seja, os empresários e comerciantes construíram seus empreendimentos, em muitos casos, sem estarem dentro de um padrão de regularização acompanhado pelo órgão gestor responsável.

A questão da poluição das praias constitui num aspecto negativo conseqüente da ocupação e exploração no local, principalmente durante os meses de alta temporada. Isto ocorre devido à inexistência de um sistema de saneamento básico adequado e indica a fragilidade e a inconformidade que o fluxo turístico representa ao local da maneira que vem ocorrendo. O tratamento destes rejeitos não é realizado adequadamente e as fossas instaladas nas casas e estabelecimentos comerciais, em geral, não são feitas de maneira condizente ao uso das mesmas e para o tipo de solo do local (GAZETA DO POVO, 2006).

Devido ao fluxo de pessoas, impulsionadas pela questão do turismo, ocorre maior contaminação dos pontos de coleta a qualidade da água nos córregos do local, que apresentam altos índices de coliformes totais e fecais durante os meses de verão. Aspecto que compromete a questão da balneabilidade^v, sendo colocados avisos de desapropriação de locais para banho. Milhares de turistas estabelecem-se na Vila de Encantadas durante

essa época do ano, e o que comumente ocorre é o excesso de substâncias despejadas nas fossas, fazendo estas transbordarem, contaminando o solo e o lençol freático. “Existem conexões hidráulicas com as águas do lençol freático” que de maneira direta despejam o esgoto nos corpos de água (ESTEVES 2004, p. 149). Estes rios, por desaguardarem no mar, carregam toda esta poluição para as praias, agravando a condição ambiental das mesmas^{vi}. A impropriedade das águas para banho constitui em grave problema ambiental local.

3.3 A gestão territorial

A gestão da Ilha do Mel está organizada em diferentes escalas no nível público – Federal, Estadual, Municipal e Local. E também considera as formas de participação da sociedade civil, representada por algumas associações locais e que conforme sua importância e representatividade na(s) comunidade(s) participam do Conselho Gestor da Ilha do Mel.

As atribuições relacionadas às diferentes responsabilidades de gerenciamento territorial na ilha estão divididas de acordo com diferentes instituições do poder público. A União, através da Secretaria de Patrimônio, o governo do estado do Paraná através do IAP e Secretarias de Estado e o município de Paranaguá através de representação municipal são estas instituições. As duas unidades de conservação - Parque Estadual da Ilha do Mel e Estação Ecológica da Ilha do Mel – não possuem seus respectivos conselhos específicos para as áreas de preservação. Existe, entretanto o Conselho Gestor da Ilha do Mel, organizado por representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, no intuito de discutir, normatizar e elaborar planos para a Sociedade e o Ambiente de toda a ilha (SPERB, ESTEVES & TELLES, 2007).

A Ilha do Mel é área de domínio da União, e tem atualmente no Instituto Ambiental do Paraná, seu principal órgão gestor, o qual estabelece as restrições e está incumbido em controlar o uso e a ocupação do solo em toda a ilha. As medidas controladoras e o gerenciamento desta ilha estão ligados a importantes aspectos legais predominantemente vinculados às Leis ambientais de Unidades de Conservação.

A União, através da Secretaria do Patrimônio, possui algumas responsabilidades no que diz respeito aos seus bens. Estas atribuições estão colocadas em competências, e de acordo com o Ministério do Planejamento, implicam em uma série de serviços que estão sendo qualificados “para aprimorar a gestão destes imóveis, garantindo o cumprimento de sua função social, conforme determina a Constituição Federal”. Dentre as atribuições está “disciplinar a utilização de bens de uso comum do povo, adotando as providências necessárias à fiscalização de seu uso” (BRASIL, 2007).

O Estado do Paraná, através da concessão de uso obtida em 1982 (Portaria nº160 de 15 de Abril de 1982) é responsável pela gestão no local. Esta transferência passou do SPU (Serviço do Patrimônio da União), vinculada ao Ministério da Fazenda, para o governo do Paraná a responsabilidade, que por sua vez direcionou aos poderes do ITCF (Instituto de Terras e Cartografia) autorização para outorgar concessões de uso na Ilha (Decreto nº. 4.964/85). Posteriormente foi passada para a responsabilidade de gestão ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), dos poderes para a fiel execução da gestão no local (PARANÁ, 1986; 1996).

A Prefeitura de Paranaguá tem na administração municipal algumas responsabilidades e atribuições quanto ao gerenciamento da Ilha do Mel, dentre as quais o fornecimento de serviços básicos para a população residente – saúde, educação fundamental, coleta e gerenciamento de lixo e saneamento básico (SPERB, ESTEVES & TELLES, 2007).

O Conselho Gestor da Ilha do Mel é de caráter normativo e deliberativo, instituído pelo Decreto n.º 3502, de 03 de setembro de 1997. Tem por objetivo gerenciar as questões administrativas e atividades de interesse público e privado, a serem desenvolvidas na Ilha do Mel. Foi criado para finalidade de gerenciar as obras e atividades de interesse público e privado, a serem desenvolvidas no imóvel. Este Conselho tem como objetivo atuar em conjunto com o IAP nas questões administrativas de interesse público do imóvel (ILHA DO MEL, 2000).

É atualmente constituído por quatorze pessoas representantes de entidades governamentais e não governamentais. A presidência e secretaria executiva do Conselho Gestor são cargos determinados pelo Estado, sendo representantes do IAP e /ou SEMA. De acordo com a Portaria de número 087 do Instituto Ambiental do Paraná, de 19 de Maio de 2005, em seu artigo 2º, o Conselho Gestor da Ilha do Mel é constituído da seguinte forma a partir da data de publicação (PARANÁ, 2005):

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA;
- Instituto Ambiental do Paraná – IAP;
- Sociedade dos Amigos da Ilha do Mel;
- Associação dos Moradores da Praia de Encantadas – AME;
- Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- Paraná Turismo – PRTUR;
- Associação dos Barqueiros do Litoral do Paraná – ABALINE;
- Associação dos Comerciantes da Ilha do Mel – ACOIM (Brasília e Encantadas);
- Associação dos Nativos da Ilha do Mel – ANIMPO;
- Batalhão de Polícia Florestal – BPFLO;
- União das Mulheres da Ilha – EMILHA;

Como finalidade deste Conselho, consiste a de representar as reivindicações da sociedade da Ilha do Mel junto ao poder público, em virtude de suas necessidades e realizações de planos de governo e projetos pelo bem comum da comunidade. Tem como intuito gerir em administração participativa, “tendo a responsabilidade de negociar interesses diversos, e por vezes conflitantes, e dirimir divergências, a fim de tomar decisões em consenso que garantam a proteção do ambiente natural e considere as necessidades sociais locais” (ALEGRIA e SILVA, 2006, p. 2).

De acordo com Loureiro^{vii} (2003) citado por Alegria e Silva (2006, p. 1)

[...] o Conselho gestor é um espaço público jurídico-institucional, com representação de órgãos governamentais e não-governamentais, onde todas as demandas são legítimas por princípio, revendo-se canais de confronto e interpelação democrática entre os projetos sociais, a fim de se constituir alternativas viáveis e o mais inclusivas possível.

Dentre as atribuições do Conselho Gestor está a aprovação de projetos comuns propostos durante as reuniões. Entretanto, é sabido que na Ilha do Mel a destinação dos recursos para obras de infra-estrutura básica e projetos votados por este Conselho é assunto controverso. Silveira apontou esta questão em seu estudo no local, ao afirmar que

“os recursos para financiamento e criação de novas infra-estruturas turísticas na área, assim como para capacitação profissional são escassos e mal direcionados” (SILVEIRA, 1998, p. 143).

As associações são entidades que representam alguns dos grupos sociais, em prol de objetivos, reivindicações, benefícios e responsabilidades. Mediam a relação dos indivíduos e dos órgãos superiores (Governo), no intuito de promover o benefício dos seus representados. Habitantes em geral unem-se para a formação das associações, geralmente com objetivos comuns, buscam fortalecerem-se no conjunto para obterem maior expressividade perante questões de interesse. As principais associações da Ilha do Mel possuem caráter deliberativo, com representação no Conselho Gestor da Ilha do Mel. Parte da população não possui interesse em participar das associações. Sendo assim, alguns grupos não estão representados diretamente nem sequer indiretamente junto à comunidade local.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A vila de Encantadas é um setor de ocupação humana na Ilha do Mel com aspectos bastante representativos no que diz respeito aos impactos desencadeados pelo turismo nas questões sociais e ambientais e também dos desafios ao planejamento. Por possuir maior população fixa, maior número de lotes e estabelecimentos, isso se reforça e indica a maior dificuldade também para a resolução dos problemas

Dados oficiais atualizados, para que fosse realizado o trabalho, foram de difíceis acessos, quando não, indisponíveis. Sendo o IAP principal instituição detentora dessas informações, a tentativa de obtê-las durante o período de pesquisa foi contínuo e repetitivo. Um fator limitante para a obtenção de informações mais precisas.

A matriz gerada contemplou 23 itens abordados, distribuídos em quatro grupos temáticos, assim distribuídos de acordo com as entrevistas: aspectos da sociedade (7 itens); aspectos da infra-estrutura (6 itens); aspectos da economia (6 itens); aspectos de gestão (4 itens). A metodologia de interpretação das entrevistas, geração e análise da matriz qualitativa com os representantes dos grupos sociais considerados para a pesquisa, possibilitou serem determinados três pontos mais relevantes de todo o trabalho. Tidos como aspectos problemáticos no entendimento da sociedade estão inter-relacionados: o saneamento, a regularização fundiária e a gestão.

O saneamento e a regularização fundiária são tidos como mais evidentes no local. Ambos alavancam uma gama de problemas específicos dentre os diferentes grupos sociais e o meio ambiente da área de ocupação e o entorno, área natural protegida por Lei. Por haver situações bastante particulares quanto a estes problemas motrizes – saneamento e regularização fundiária – ocorrem conflitos relacionais na comunidade.

O saneamento é apontado como o maior problema na Vila de Encantadas. Para os entrevistados, o esgoto reflete numa péssima reputação do local para o turismo e qualidade de vida. Responsável pelo aumento das enfermidades durante os meses do verão e prejudicial à biota local interfere também negativamente nos recursos pesqueiros. A população vive em grande expectativa pela implantação de medida solucionável para este sério problema.

A regularização fundiária é um tema pouco compreendido para parte da comunidade, ou evitado, segundo as análises, mas não deixa de ser considerado um problema evidente, o da ocupação e uso da terra. O fato de estar ligado à legalização das posses pode

representar ameaça para parte da população, que mal esclarecida quanto a esta questão, não se manifesta, ou diz pouco.

Parte dos entrevistados afirma ser uma questão prestes a ser resolvida, logo que assinado o novo Plano de Uso da Ilha do Mel. Mais uma expectativa em cima deste documento, ainda desconhecido por parte da sociedade, inclusive alguns membros do Conselho Gestor, conforme afirmado pelos entrevistados durante a pesquisa. A oficialização das propriedades permitiria cobrança de tributos pela ocupação da terra. Isto seria, para alguns entrevistados, algo positivo, se da reversão deste fundo diretamente no local. Não é o que ocorre no caso dos lotes oficialmente reconhecidos pela Secretaria de Patrimônio da União e taxados

A população do local está bastante segregada quanto às perspectivas por mudanças para o local, o que prejudica a tentativa de uma gestão participativa. O associativismo e as coletividades têm no Conselho Gestor espaço e oportunidade para colocarem em prática a participação. Contudo, este conselho não tem obtido reais avanços para a execução de novos projetos na vila de Encantadas – tampouco na ilha. De acordo com a maior parte dos entrevistados, as argumentações para os principais problemas diagnosticados se baseiam no fato da existência de centralidade de poder do IAP. Com relação às responsabilidades deste Instituto quanto à preservação das Unidades de Conservação, há manifestações positivas sobre o gerenciamento territorial. Ainda parte dos entrevistados manifestou-se no sentido de que o IAP “faz o que pode” em virtude da capacitação quantitativa e qualitativa dos funcionários atuantes na gestão da ilha. Tais colocações levam a considerar que esta instituição passa por inconformidades de planejamento e recursos para gerenciar um território como a Ilha do Mel.

As principais críticas sobre o aspecto da gestão apareceram relacionadas à questão política. As colocações refletem a problemática relacionada à articulação dos níveis institucionais, uma das diretrizes para o gerenciamento costeiro, discutido na revisão teórica. Os diferentes segmentos institucionais do poder público estão pouco articulados. No caso das decisões referentes à Ilha do Mel, ocorre ausência da Secretaria de Turismo no planejamento turístico e nas tomadas de decisão quanto às questões ligadas ao turismo, como aspectos no atendimento, informação, estrutura e outros. Há com isso, insatisfação da sociedade e rejeição ao IAP, que tenta resolver questões sociais e econômicas sem a aproximação daquela Secretaria.

5. CONCLUSÃO

O estudo, a partir de sua proposta metodológica, conferiu uma análise holística ao objeto pretendido. As dificuldades em se trabalhar os temas propostos foram superadas basicamente pela escala de análise - sendo uma vila com população fixa aproximada de 500 habitantes-, e também pela concentrada dedicação e disponibilidade do pesquisador em trabalho de campo.

A representatividade que a vila de Encantadas faz frente à Ilha do Mel, permite estender suas questões analisadas a toda a ilha. Ao que se pôde constatar, a Ilha do Mel está amarrada a um sistema de gestão que, vem sendo marcado por insatisfação da sociedade e estagnação do desenvolvimento turístico. A diligência de poderes a diversas instituições prejudica avanços no que diz respeito a uma gestão territorial que contemple desde os serviços básicos para a população local, como aqueles mais específicos basicamente atrelados à atividade turística. É um problema histórico. Desde a concessão da administração para o Estado do Paraná, em 1982, e com maior evidência a partir do final

dos anos 1980 e década de 1990, a dificuldade de atuação por parte dos órgãos controladores na Ilha do Mel acarretou sérios e danosos impactos na paisagem natural e construída, em especial na Vila de Encantadas e seu entorno.

A autonomia do Instituto Ambiental do Paraná representa duas facetas no contexto geral da gestão para o local. Aspectos por um lado necessários, na contenção da reprodução da permissividade quanto ao uso e ocupação do solo. No entanto, barram medidas de decisão coletivas advindas do Conselho Gestor. Este acaba ficando neutralizado às possibilidades de mudança. E também conduzem o planejamento turístico sem aptidão para a complexidade do assunto, realizando iniciativas pontuais pouco expressivas frente às reais necessidades.

De acordo com o que se pode levantar no estudo, a Vila de Encantadas passa por necessidades estruturais e identitárias para um desenvolvimento do turismo baseado em moldes sustentáveis. A regularização dos imóveis é um projeto necessário e prioritário para a Vila de Encantadas. Entende-se que, desta maneira, uma gestão poderia ser qualificada e diretamente cobrada quanto suas ações de controle e fiscalização eficazes.

A ilha possui relevância social, ambiental e econômica no contexto regional. Um modelo de gerenciamento com bases em diretrizes que contemplem o turismo com maior ênfase, e planejado com as devidas especificidades da localidade, poderiam ser considerados com maior atenção e adotados neste local. Mas, ora, como se realizar um plano, sem que se tenham claras as perspectivas dos diferentes grupos sociais envolvidos? Planejar parece estar sendo há muitos anos uma difícil obrigação burocrática por parte dos órgãos regulatórios na Ilha do Mel.

REFERÊNCIAS

ALEGRIA, M. F. e SILVA, H. P. Refletindo sobre a dimensão coletivista do Conselho Gestor. In: **II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social**. Programa EICOS-IP/UFRJ. Disponível em: < <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/MariaFernandaAlegria.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: **Caderno Virtual de Turismo**. Instituto Virtual de Turismo/Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social/COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Lei 9985, de 18 de Julho de 2000. In: **Sistema nacional de unidades de conservação a natureza e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/9985-00.htm>> Acesso em: 15 nov. 2008.

BRASIL, Secretaria de patrimônio da união. **Missão e atribuições**. Disponível em: <<http://www.spu.planejamento.gov.br/>> Acesso em: Out. 2007.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 6. Ed., São Paulo: Ática, 1998.

CORIOLANO, L. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: **O turismo de inclusão e o desenvolvimento Local**. CORIOLANO, L. N. M. T. [Org.] Fortaleza: Premium, 2003.

DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares – simbólico e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ESTEVES, C. J. O. Turismo e qualidade da água na Ilha do Mel (Litoral do Paraná). In: **Dissertação** (Mestrado – Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 2004.

GANDARA, J. M. G. La sostenibilidad de los destinos turísticos urbano. In: **Organizaciones del Tercer Sector em el Turismo**. MOLINA, S. [Org.], México, 2003.

GANDARA, J. M. G.; TORRES, E.; LEFROU, D. A participação de todos os atores no processo turístico In: **Anais do I Seminário de pesquisa em turismo do MERCOSUL**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2003.

GAZETA DO POVO. Notícia veiculada na edição impressa de 20/02/2006. Disponível em: <<http://canais.ondarpc.com.br/gazetadopovo/impressa/verao/conteudo.phtml?id=538637>> Acesso em: 7 nov. 2006.

GOMES, P. C. C. Geografia *fin-de-Siècle*: O discurso sobre a Ordem espacial do mundo e o fim das ilusões In: **Explorações Geográficas: Percursos no fim do século**. CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ILHA DO MEL (Conselho Gestor), **Regimento interno**, 2000.

KRAEMER, M. C. Malhas da Pobreza : exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá. In: **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais, Antropologia - PUC SP), São Paulo, 1978.

KNAFOU, R. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo In: **Turismo e Geografia: Referenciais teóricos e enfoques regionais**. RODRIGUES, A. (Org), São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

LAVILLE, C. e DIONNE. J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Ed. ARTMED/UFMG, 1999.

MORAES, A.C.R. **Geografia – pequena história crítica**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

OMT, 1999. **Guia para administraciones locales: desarrollo turístico sustentável**. Turismo y medioambiente. Madrid: OMT, 1999.

PAIVA, S.M.C. **Os Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Turismo, Incluindo o Turismo Ecológico**. 2001. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/OsProgramasGovernamentais.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2006.

PARANÁ - Secretaria De Estado Do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Ambiental do Paraná. In: **Coletânea da Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel**, IAP, 1986.

_____- Secretaria De Estado Do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Ambiental do Paraná. In: **Plano de Manejo – Estação Ecológica da Ilha do Mel – PR**, IAP e SEMA, 1996.

_____- Secretaria De Estado Do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Ambiental do Paraná. In: **Ilha do Mel- Análise da expansão urbana**. Comissão para elaboração do plano de instruções básicas. Curitiba, 1999.

_____- Secretaria De Estado Do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Ambiental do Paraná. In: **Portaria IAP No. 087, de 19 de Maio de 2005**.

POLETTE, M. e SILVA, L. P. **GESAMP, ICAM e PNGC** - Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado. Ciência e Cultura [online]. Oct./Dec. 2003, vol.55, no.4 [cited 16 January 2007], p.27-31. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252003000400017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 19 nov. 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Ed, Hucitec, 1995.

_____. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2. ed., São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 24. ed., Porto: Ed. Afrontamento, 2003.

SANTOS, M. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza. In: **Economia espacial**.

_____. (Org.), 2. ed., São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Espaço e método**. 3.ed., São Paulo: Ed. Nobel. 1992.

_____. **A Natureza do espaço – Técnica e tempo razão e emoção**. 2. ed., São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SOUZA, M. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: **Turismo e desenvolvimento local**. RODRIGUES, A. B. (Org.). São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPERB, M. P, ESTEVES, C. J, TELLES, D.H.Q. A gestão pública na Ilha do Mel-PR: enfoque sobre o conselho gestor atuante no local. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Gestão e Meio Ambiente**. Curitiba, 2007.

SILVEIRA, M. A. Ecoturismo na ilha do Mel/Paraná. In: **Turismo e meio ambiente**, v.1, Fortaleza: Ed. UECE, 1998.

TELLES, D. H. Q. A ocupação do solo na Vila de Encantadas, Ilha do Mel: análise sobre a expansão e conflitos de uso. In: **Anais VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Goiânia, 2004.

VERA, J. F. et al. **Análisis territorial del turismo**. Barcelona: Ed. Ariel Geográfica, 1997.

YÁZIGI, E. A. **A alma do lugar – Turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

ZAMBONI, A. Projeto gestão integrada da orla marítima. In: **Anais ENCOGERCO – “A qualidade ambiental da zona costeira brasileira”**, São Paulo: Santos, 2002.

ⁱ Trabalho originado da Dissertação de Mestrado do autor intitulada “Análise sobre a situação socioambiental e atividade turística na Vila de Encantadas, Ilha do Mel-PR”. Defendida em 31 de Março de 2007. Trabalho apresentado no IX Seminário Internacional de Turismo (UNICENP - Curitiba, 2007) e no VII Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia ANPEGE (UFF - Niterói, 2007).

ⁱⁱ POON, A. **Participación de las comunidades locales en el desarrollo turístico e incidencia económica em los pequeños estados insulares em desarrollo**. In: Ponencia presentada em la Conferencia Internacional sobre Turismo Sostenible em Pequeños Estados Insulares em Desarrollo y Otras Islas. Organización Mundial del Turismo. Lanzarote, 1998.

ⁱⁱⁱ Informações obtidas através de entrevista com representante governamental da gestão da Ilha do Mel. IAP, 2005.

^{iv} Os setores de ocupação da Ponta Oeste e da Praia Grande não são oficialmente reconhecidos. Estes focos de ocupação estão dentro de áreas de preservação ambiental e devem ser oficializados após a realização da Regularização Fundiária (IAP, 2005).

^v O monitoramento da qualidade das águas para banho é de responsabilidade do IAP. É o denominado teste de balneabilidade. O resultado das medições é determinante nos pontos de apropriação da água para banho (CONAMA, 2005). Para maiores informações ver <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97>.

^{vi} Durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2006, havia fiscalização nos rios da Vila de Encantadas. Diariamente fiscais caminhavam ao longo das propriedades e dos rios procurando por ligações diretas entre os esgotos sanitários e os corpos d'água.

^{vii} LOUREIRO, C. F. **Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBASE / IBAMA, 2003. PARANÁ, **Plano de Manejo – Estação Ecológica da Ilha do Mel - PR**. IAP e SEMA, 1996.